

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 159.849 - PR (2018/0184095-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **RACING AUTOMOTIVE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **LUCIUS MARCUS OLIVEIRA - PR019846**
ALCEU SCHWEGLER - PR035470
MAURO ALEXANDRE ARAUJO KRAISMANN E OUTRO(S) - PR037078
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CURITIBA - PR**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 4ª VARA DO TRABALHO DE CAMAÇARI - BA**
INTERES. : **GERSON DE OLIVEIRA ABREU**
ADVOGADOS : **MARILENA GALVÃO BARRETO TANAJURA - BA009220**
SERGIO BASTOS PAIVA - BA008146
OSMAR EVANGELISTA DE CASTRO TANAJURA JUNIOR E OUTRO(S) - BA039253

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DETERMINAÇÃO, PELO JUÍZO LABORAL, DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PERDA DE OBJETO. CONFLITO PREJUDICADO, TORNANDO SEM EFEITO A LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Racing Automotive Ltda. - em recuperação judicial suscita o presente conflito de competência, no qual são suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR e o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA.

No seu pedido inicial, noticia a suscitante que "ajuizou ação de recuperação judicial, autuado sob o n. 00016207-61.2015.8.16.0185 e distribuída à 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba [...]. O pedido de processamento foi deferido, determinando-se a suspensão das ações executivas, em respeito ao artigo 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, conforme o despacho em anexo [...]. Ainda, em despacho ulterior, o prazo para suspensão foi prorrogado até a realização da Assembleia Geral de Credores, a qual realizou-se com a aprovação do plano recuperacional, o qual foi homologado pelo juízo daquele feito" (e-STJ, fl. 3).

Assere, também, que, "em respeito ao princípio da preservação da empresa

e da atividade econômica, com o processamento da recuperação judicial, impõe-se para todos os credores trabalhistas o juízo concursal, seja mediante reserva de valores ainda não liquidados seja mediante habilitação de valor líquido. Todavia, tal normativa não é respeitada pelo Juízo suscitado" (e-STJ, fl. 3).

Informa, também, que o "Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA, no entanto, nos autos de Reclamatória Trabalhista n. 0001127-71.2015.5.05.0134 [...], mesmo tendo sido cientificado acerca do processamento da recuperação judicial [...] manteve o curso da reclamação trabalhista [...], já em fase de cumprimento de sentença, determinando o pagamento da verba sob pena de penhora de ativos financeiros da recuperanda" (e-STJ, fl. 3).

Segue defendendo que, em decorrência da determinação da Juíza laboral, foi penhorado valor de montante expressivo na conta da empresa requerente (R\$ 60.026,61 - sessenta mil e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), "obstruindo o Juízo concursal e deflagrando verdadeira injustiça para com os outros credores habilitados" (e-STJ, fl. 4).

Diante dessas considerações, pugna pela concessão da tutela liminar, a fim de determinar "a suspensão da ordem de penhora emanada do Juízo Trabalhista (Reclamatória Trabalhista n. 0001127-71.2015.5.05.0134, da 4ª VT de Camaçari/BA) sobre créditos/faturamento da recuperanda, determinando-se, ainda, a devolução/liberação dos valores que eventualmente venham a ser constritos diretamente na conta bancária da recuperanda ou sobre os créditos que a recuperanda detém junto a terceiros e, na sequência, seja sobrestado o feito trabalhista" (e-STJ, fls. 6-7).

Ao final, requer "seja declarada a competência da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial e a consequente incompetência da 4ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA para decidir sobre o patrimônio da suscitante em recuperação judicial" (e-STJ, fl. 7).

Tendo sido apresentado o presente incidente durante o recesso forense deste Tribunal, em 25/7/2018, este foi distribuído à Presidência desta Corte, que, em 27/7/2018, indeferiu o pleito preambular (e-STJ, fls. 540-541).

No mesmo dia em que proferida a decisão denegatória, a sociedade

suscitante apresenta petição, colacionando novos documentos e reforçando o seu pedido de conhecimento e deferimento do conflito de competência (e-STJ, fls. 509-539).

Em razão dessa circunstância, o então Ministro Vice-Presidente do STJ, no exercício da Presidência, determinou a distribuição do feito a esta relatoria para a adoção das providências que entender pertinentes (e-STJ, fl. 548).

Às fls. 551-557 (e-STJ), foi reconsiderada a decisão supracitada, para deferir o pleito preambular inicialmente formulado e "determinar a imediata suspensão do julgado do Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA que determinou o prosseguimento da execução trabalhista promovida contra a requerente e acarretou, por conseguinte, a constrição de valores na conta bancária da empresa em recuperação, ficando designado o Juízo de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba/PR para dirimir, em caráter provisório, as demais questões urgentes".

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do presente expediente, pois, com a determinação de habilitação, no Juízo universal, do crédito executado na justiça laboral, não mais subsistem julgados conflitantes, a rechaçar o conflito a princípio configurado (e-STJ, fls. 608-610).

Foi prestada informação pelo Juízo trabalhista (e-STJ, fls. 613-623).

Brevemente relatado, decido.

Conforme informação prestada às fls. 613-623 (e-STJ), constata-se que o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Camaçari/BA, nos autos da Reclamação de n. 0001127-71.2015.5.05.0134, promovida por Gerson de Oliveira Abreu em desfavor da empresa ora requerente, determinou a liberação da constrição que recaiu sobre o montante encontrado na conta bancária de titularidade da sociedade recuperanda, bem como ordenou a expedição de certidão de habilitação do crédito trabalhista da parte exequente, ora interessada, no Juízo universal da recuperação judicial.

Delineado tal arcabouço fático, verifica-se que o presente conflito de competência perdeu o objeto, visto que não há mais nenhuma decisão conflitante proferida por Juízos diversos a justificar a subsistência deste incidente.

Ante o exposto, julgo prejudicado o conflito de competência, tornando

sem efeito a liminar anteriormente deferida.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

